

# A Relação Família – Escola e sua Influência no Processo de Aprendizagem

*Andréa do Nascimento Barbosa da Costa*

## RESUMO

Configura o conteúdo deste trabalho, uma análise crítica e reflexiva da família brasileira acerca da manutenção da relação família-escola, objetivando questionar se a influência da mesma é fator determinante no processo ensino-aprendizagem. O presente trabalho está estruturado a partir de reflexões críticas para que possamos discutir, repensar e estimular novas pesquisas no âmbito familiar e escolar, determinando o papel de ambas as instituições. Inicialmente apresento um histórico da família, abordando as idéias norteadoras e os momentos marcantes e relevantes da mesma na nossa história educacional. Registro ainda, as mudanças e atualizações necessárias à escola como agente primordial no processo ensino-aprendizagem, determinando a necessidade de uma parceria baseada na cooperação para que os problemas de aprendizagem sejam evitados. Encerrando o trabalho, reflito sobre as pesquisas e contribuições dos vários autores que se dedicaram a discutir, no campo ideológico-filosófico, a importância da relação família-escola e sua influência na aprendizagem.

## 1. Introdução

O objetivo mais relevante desse estudo é demonstrar a necessidade de conscientização da escola quanto ao papel que possui na construção de uma parceria junto às famílias, fazendo intervenções pedagógicas, a fim de que as mesmas sintam-se compreendidas e não acusadas, recepcionadas e não rejeitadas, pela instituição escola, além de que esta última possa fazê-las sentirem-se reconhecidas e fortalecidas enquanto parceiras nesta relação.

Quando pensamos em Educação temos que entender que ela se inicia com a família, aprimora-se na escola, para ser aplicada na vida. E o que vem acontecendo com a família? Vem sofrendo transformações en-

quanto grupo, como também quanto a seus membros individuais. Fatores econômicos e culturais fizeram com que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho, reconfigurando os papéis do homem e da mulher e, conseqüentemente, as funções de pai e mãe.

A Educação de valores passou a ser função não só da família como da escola, que também está passando por um período de reformulação para agregar ou desenvolver este papel. A Educação tradicional foi sendo questionada e os valores morais re-significados; o que gera, a princípio, insegurança para todos os responsáveis pela educação de nossas crianças.

Não existe mais um único padrão de estrutura familiar: pais separados, mulheres ou homens que criam sozinhos os seus filhos, casais homossexuais, crianças educadas por avós, tios, entre outros. Porém, com certeza, tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; e assim como a família tem as suas particularidades que a diferenciam da escola, a escola tem sua metodologia e filosofia para educar as crianças.

Pensando em qual metodologia e filosofia utilizar, a escola se depara com diversas demandas que se colocam para ela hoje. Ter por função apenas “transmitir os conhecimentos acumulados pelas gerações passadas” deixou de ser, há muito tempo, a função da escola, embora haja controvérsias e polêmicas sobre o que, concretamente, essa instituição está fazendo na atualidade, principalmente para com os filhos das classes menos favorecidas da sociedade. Porém, é inegável que as demandas e as exigências da sociedade em relação à escola, aumentaram muito.

O que se deseja, é uma escola reflexiva que pense continuamente a si própria, revendo sua função social e organizativa, buscando proporcionar ambientes formativos que favoreçam o cultivo de atitudes e capacidades que permitam ao indivíduo viver, conviver e intervir em sociedade, em interação com os outros cidadãos.

Diante dessa multiplicidade de funções, que abrange a formação de um cidadão, capaz de agir e de interagir no mundo em que vive, não apenas com competências cognitivas desenvolvidas, mas, principalmente, com aquisições também afetivas, pessoais e sociais, que lhe possibilitem atitudes e valores positivos para uma transformação social efetiva que torne o mundo globalizado menos excludente e mais humano, percebe-se que a escola não pode trabalhar sozinha.

É imprescindível que a escola se una a outras instituições sociais para cumprir melhor o seu papel. Dentre essas instituições sociais, com

condições de contribuir efetivamente para que a escola cumpra seu papel, entendemos ser a família a mais abalizada, até mesmo pelas funções formativas que possui, embora tenhamos que reconhecer que a mesma também passa por profundas transformações na sociedade atual.

Porém, mesmo com todas as transformações pelas quais a família vem passando, ela continua sendo uma instituição fundamental e basilar para o desenvolvimento do ser humano, sendo a primeira que vai referendar a proteção e a socialização do indivíduo, se constituindo como a primeira possibilidade de aprendizagens afetivas e de relações sociais.

É importante frisarmos que a família nuclear – formada por pai, mãe e dois ou três filhos no máximo, por ter sido o modelo consolidado pela emergente sociedade capitalista burguesa da era industrial, ainda continua a ser o ideal de família do imaginário social da grande maioria da população, que considera desestruturada, ou incapaz de cumprir sua função formativa junto às novas gerações, outros modelos de família, mesmo que nascidos no seio das contradições dessa mesma sociedade capitalista.

A chamada família mono-parental – composta por pai-madrasta, mãe-padrasto, os filhos de cada um e os de ambos; ou as famílias compostas por apenas um dos cônjuges e seus filhos, ou até mesmo por tios, avós e sobrinhos e netos, que podemos considerar como fruto dessas contradições, sem entrarmos no mérito do aprofundamento maior da discussão, nas suas nuances psicológicas, emocionais e sociais, é uma realidade da qual a sociedade não pode fugir e a escola também não.

Consideramos que compreender, sem preconceitos e pré-julgamentos, as condições, limitações e os próprios conflitos desses modelos de família tão presentes em todas as classes sociais da atualidade, é um dos grandes desafios das instituições que, como a escola, trabalham com crianças e, conseqüentemente, precisam trabalhar com as famílias das mesmas.

Precisamos focar os nossos interesses na qualidade das inter-relações que acontecem no seio das famílias, sem impormos que é a estrutura das mesmas que vai definir ou delimitar sua capacidade de cumprir a função social que lhe compete.

Essa é uma tarefa complexa, na medida em que precisamos nos despojar de muitos preconceitos e concepções culturalmente arraigadas, para aceitarmos que o “modelo” de família é uma construção histórica que se transforma juntamente com a sociedade, transformando e modificando também antigas normas e tradições, e que o mais importante é não perder

sua função social precípua que, no caso da família, é a formação, principalmente moral e ética, das novas gerações.

Portanto, é preciso que haja uma colaboração fundamental e um grande entendimento entre escola e família, para que elas sejam parceiras nessa tarefa grandiosa de formação de um indivíduo profissional afetivo e social que contribua para a melhoria do contexto social no qual vive, embora saibamos que falar da relação da família com a escola hoje, na maioria das nossas instituições de ensino, é falar de uma relação conflituosa, onde as funções específicas e complementares de cada uma dessas instituições, não estão muito claras, gerando vários desentendimentos. Em alguns casos é a família que quer delegar à escola funções que são prioritariamente suas, como por exemplo, a formação de valores morais. Em outros momentos, é a escola que quer que a família assuma o processo de aprendizagem das crianças, em relação aos conteúdos formais, como se essa não fosse uma responsabilidade primordial da instituição escolar.

### ***1.1 – Visão histórica da família brasileira***

Historicamente, a família brasileira, ao longo dos tempos, veio passando por transformações importantes que se relacionam com o contexto sócio-econômico-político do país. No Brasil-Colônia marcado pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação, identificamos um modelo de família tradicional, extensa e patriarcal; onde os casamentos baseavam-se em interesses econômicos, que à mulher, era destinada a castidade, a fidelidade e a subserviência. Aos filhos, considerados extensão do patrimônio do patriarca, ao nascer dificilmente experimentavam o sabor do aconchego e da proteção materna, pois eram amamentados e cuidados pelas amas de leite.

A partir das últimas décadas do século XIX, identifica-se um novo modelo de família. A Proclamação da República, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade com o início do processo de industrialização, urbanização e modernização do país constituem terreno fértil para a proliferação do modelo de família nuclear burguesa, originário da Europa. Trata-se de uma família constituída por pai, mãe e poucos filhos. O homem continua detentor da autoridade e “rei” do espaço público; enquanto a mulher assume uma nova posição: “rainha do lar”, “rainha do espaço privado da casa”. Desde cedo, a menina é educada para desempenhar seu papel de mãe e esposa, zelando pela educação dos filhos e pelos cuidados com o lar.

No âmbito legal, a Constituição Brasileira de 1988, aborda a questão da família nos artigos 5º, 7º, 201, 208 e 226 a 230, trazendo algumas inovações (artigo 226) como um novo conceito de família: união estável entre o homem e a mulher (§ 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§ 4º). E ainda reconhece que: os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (§ 5º).

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas no plano sócio-político-econômico relacionadas ao processo de globalização da economia capitalista vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar e possibilitando mudanças em seu padrão tradicional de organização. Conforme Pereira (1995), as mais evidentes são:

- queda da taxa de fecundidade, devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização;
- tendência de envelhecimento populacional;
- declínio do número de casamentos e aumento da dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento das taxas de pessoas vivendo sozinhas;
- aumento da taxa de coabitações, o que permite que as crianças recebam outros valores, menos tradicionais;
- aumento do número de famílias chefiadas por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos.

Ademais, é preciso ressaltar que essas mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas, muito menos como “doenças” ou sintomas de “crise”. A idéia de crise, atualmente em voga, pode ser enganosa. A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo, a qual se, por um lado, pode causar problemas, pode, por outro, apresentar soluções. Trata-se, pois, de um processo contraditório que, ao mesmo tempo em que abala o sentimento de segurança das pessoas, com a falta ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de segmentos tradicionalmente aprisionados no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras... Com ele, também, os papéis sociais atribuídos diferenciadamente ao homem e à mulher tendem a desaparecer não só no lar, mas também no trabalho, na rua, no lazer e em outras esferas da atividade humana.

### **1.2 – O papel da família**

Embora a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, ele não é único, ou seja, concomitante aos modelos dominantes de cada época, existiam outros, com menor expressão social, como é o caso das famílias africanas escravizadas. Além disso, o surgimento de uma tendência não eliminava imediatamente a outra, prova disto é que neste início de século podemos identificar a presença do homem patriarca, da mulher “rainha do lar” e da mulher trabalhadora. Assim, não podemos falar de família, mas de famílias, para que possamos tentar contemplar a diversidade de relações que convivem em nossa sociedade. Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito ao significado social da família, qual a sua razão de existência?

Segundo Kaloustian (1988):

*“... a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais”.*

Podemos acrescentar que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o primeiro núcleo da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

### **1.3 – Marcos Legais**

Evidenciado, no nosso tipo de organização social, o papel crucial da família quanto à proteção, afetividade e educação, onde buscar funda-

mentação para a relação educação escola/família? O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55.

- Política Nacional de Educação Especial, que inclui como umas de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. E ainda, conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o próprio portador de necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, temos: envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12.

- Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10172/2001), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

E não podemos deixar de registrar a recente iniciativa do MEC que instituiu a data de 24 de abril com o Dia Nacional da Família na Escola. Neste, todas as escolas deveriam convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas, pois, conforme declaração do Ex-Ministro Paulo Renato Souza, "... quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais".

## **2. O papel da escola**

A escola é um dos agentes responsáveis pela integração da criança na sociedade, além da família. É um componente capaz de contribuir para o bom desenvolvimento de uma socialização adequada da criança, através de atividades em grupo, de forma que capacite o relacionamento e par-

participação ativa das mesmas, caracterizando em cada criança o sentimento de sentir-se um ser social.

Se a criança não se envolve com o grupo ou este não a envolve, começa a haver um baixo nível de participação e envolvimento nas atividades e, conseqüentemente, o isolamento que interferirá no desempenho escolar. O comportamento retraído de uma criança no ambiente escolar pode ser interferência do ambiente familiar.

A escola tem uma tarefa relevante no resgate da auto-imagem distorcida da criança, por ter uma concepção socialmente transmissora de educação e de cultura que transcende às habilidades educacionais familiares, além da responsabilidade e competência em desvendar para a criança o significado e o sentido do aprender.

As escolas devem buscar formas de prevenção nas propostas de trabalho, preparar os professores para entenderem seus alunos, diferenciar um a um, respeitar o ritmo de cada um. A escola deve ser um ambiente onde as crianças possam sentir-se bem, amadas e sempre alegres.

A metodologia da escola deve ser adequada, envolvendo seus alunos. E, no momento que surgir algum problema com algum aluno, é importante que haja uma mobilização por parte da escola a fim de que solucionem a possível dificuldade. A escola deve esforçar-se para a aprendizagem ser significativa para o aluno. Com isso todos têm a ganhar, a escola, a família e principalmente a criança.

Esta será uma criança mais flexível, mais motivada e mais interessada em aprender.

O fracasso escolar perturba profundamente a criança, pois sofre a pressão da família, dos professores, dos colegas, renunciando seu insucesso na vida escolar.

A criança deixa o professor sem saber como trabalhar com ela. Ela não aprende, mas não apresenta qualquer incapacidade particular. A recusa em aprender é um ato agressivo diante de seu fracasso e frustração. Ao entrar na escola, a criança fica perturbada devido à dificuldade que encontra na transição da família e do aprendizado informal para o convívio com estranhos e o aprendizado formal.

O papel da escola é de larga importância, pois ainda tem muito a fazer para ajudar seus alunos.

Alguns exemplos são métodos inadequados de ensino, falta de percepção, por parte da escola, do nível de maturidade da criança, profes-

sores que não dominam determinados assuntos, superlotação das classes, dificultando a atenção do professor para todos os alunos.

### ***2.1 – Mudanças de visão da escola***

Planos de prevenção nas escolas, com toda a equipe escolar, principalmente com professores, e batalhar para que o professor possa ensinar com prazer para que o aluno também possa aprender com prazer são atitudes básicas com que as escolas deveriam se preocupar.

Muitas dificuldades de aprendizagem são decorrentes de metodologia inadequada, professores desmotivados e incompreensíveis, brigas e discussões entre colegas, entre outras. É necessário enfatizar que a escola deve ser a segunda casa do indivíduo, um lugar onde ele possa se sentir bem e entre amigos, contar com a professora sempre que precisar ou sempre que tiver um problema familiar. E manter contato com os outros membros da equipe escolar, como coordenação pedagógica, por exemplo.

Se o aluno sente-se à vontade para conversar com a professora e lhe pedir opiniões ou mesmo ajuda é sinal de que as coisas andam bem na relação professor x aluno.

É preciso também analisar a escola como espaço sócio-cultural, significando compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição.

Este ponto de vista expressa um eixo de análise que surge na década de 80. Até então, a instituição escolar era pensada nos marcos das análises macro-estruturais, englobadas, de um lado, nas “teorias funcionalistas” (Durkheim, Talcott Parsons, Robert Dreeben, entre outros), e, de outro, nas “teorias da reprodução” (Bourdieu e Passeron; Baudelot e Establet; Bowles e Gintis; entre outros). Essas abordagens, umas mais deterministas, outras evidenciando as necessárias mediações, expõem a força das macroestruturas na determinação da instituição escolar. Em outras palavras, analisam os efeitos produzidos na escola pelas principais estruturas de relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista, definindo a

estrutura escolar e exercendo influências sobre o comportamento dos sujeitos sociais que ali atuam.

A partir da década de 80, surgiu uma nova vertente de análise da instituição escolar, que buscava superar os determinismos sociais e a dicotomia criada entre homem-circunstância, ação-estrutura, sujeito-objeto. Essa vertente se inspira num movimento existente nas ciências sociais, direcionado por um paradigma emergente que, no dizer de Santos (1987), tem como característica a superação do conhecimento dualista, expresso na volta do sujeito às ciências:

*“O sujeito, que a ciência moderna lançará na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica”. (Santos, 1987:49)*

O reflexo desse paradigma emergente é um novo humanismo, que coloca a pessoa, enquanto autor sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, tanto a natureza, quanto as estruturas, estão no centro da pessoa, ou seja, a natureza e a sociedade são antes de tudo humanas.

Nessa perspectiva, desenvolve-se uma análise em que é possível privilegiar a ação dos sujeitos, na relação com as estruturas sociais. Assim, a instituição escolar seria resultado de um confronto de interesses: de um lado, uma organização oficial do sistema escolar, que “define conteúdos da tarefa central, atribui funções, organiza, separa e hierarquiza o espaço a fim de diferenciar trabalhos, definindo idealmente, assim, as relações sociais”; de outro, os sujeitos - alunos, professores, funcionários, que criam uma trama própria de inter-relações, fazendo da escola um processo permanente de construção social”.

Sabemos que em cada escola interagem diversos processos sociais: a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido. Aprender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas.

## **2.2 – Espaço sócio-cultural**

A escola, como espaço sócio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças, conflitos, imposição de normas e estratégias individuais ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo. Nessa perspectiva, a realidade escolar aparece mediada, no cotidiano, pela apropriação, elaboração, reelaboração ou repulsa expressas pelos sujeitos sociais. (Ezpeleta & Rockwell, 1986).

Desta forma, o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva. Esta abordagem permite ampliar a análise educacional, à medida que busca apreender os processos reais, cotidianos, que ocorrem no interior da escola, ao mesmo tempo em que resgata o papel ativo dos sujeitos, na vida social e escolar.

## **3. Aspectos importantes dessa relação**

Essa relação nos leva à análise sobre o funcionamento do sistema escolar, privilegiando o ponto de vista da sua abordagem intrincada com a família, até então, embutida geralmente na comunidade. Com a pesquisa de Paro (2000), é relevante o importante papel da família no desempenho escolar dos filhos, e concluímos que há uma relação interdependente entre as condições sociais da origem das famílias e a maneira que se relacionam com as escolas, além do fato de que, transformações visíveis pelas quais passam ultimamente, tanto as escolas quanto as famílias, naquilo que diz respeito às suas estruturas e dinâmicas internas, são reveladores de uma tendência crescente de conexão entre os territórios: família e escola.

Portanto, primeiramente temos que oferecer contribuições imprescindíveis para o repensar desta complexa relação, mas também devemos reafirmar um senso-comum, colhido dos discursos da grande maioria dos professores, sejam da educação infantil, do ensino fundamental, ou do ensi-

no médio: o fato da família não ir bem influencia negativamente o desenvolvimento escolar dos filhos. Tais constatações se explicitam em verbalizações como: “os pais dos alunos com dificuldades de aprendizagens, são exatamente aqueles que não comparecem às reuniões”; “eu sei que as reuniões de pais nem sempre são agradáveis, mas temos que lhes contar a realidade sobre seus filhos”; “como o aluno pode ir bem na escola, se seu pai bebe, se sua mãe o abandonou?”; “eu mando lições e pesquisas para casa, e o menino vem me dizendo que seu pai ou mãe não teve tempo de ajudá-lo”.

Mas e quanto aos pais, quais seriam os seus pensamentos? Caso as perguntas acima anotadas fossem a eles dirigidas, como as responderiam? Em sua pesquisa, Sá (2001) aponta a existência de uma “duplicidade discursiva”: a família demonstra que possui preocupação e desejo de envolver-se com os assuntos escolares; por outro lado, os discursos dos educadores demonstram o interesse na participação dos pais em situações que acontecem fora dos muros da escola, como o auxílio nas tarefas de casa. Temerosos de que estes últimos, ao obterem uma ampliação de poder frente à gestão escolar, terminem por invadir áreas que, segundo eles, não lhes pertencem como, por exemplo, avaliação dos professores, definição de calendário e currículos escolares, entre outros, os professores acabam ofertando possibilidades de participações restritivas ou exigem um conhecimento que os pais não possuem, acabando por afastar a família que, nas palavras do autor:

*“... ao recusarem as ofertas participativas que lhe são proporcionadas, arriscam-se a ser etiquetados como pais negligentes, inaptos e irresponsáveis, a quem pode facilmente ser imputada a culpa pelos eventuais insucessos dos seus educandos.” (Sá, 2001:97).*

A pesquisa de Paro (2000), se remete a resultados bem parecidos, quando analisa o discurso dos professores e dos pais, principalmente naquilo que se refere à continuidade e descontinuidade da educação. O autor afirma que os professores pretendem que a família dê continuidade à educação oferecida na escola, principalmente auxiliando às crianças nos deveres escolares, o que ele denomina como “uma continuidade de mão única”, enquanto os pais, embora cheguem a conceber a escola como ‘segunda família’, vivenciam “a timidez diante dos professores, o medo da reprovação dos filhos e a distância que sentem da cultura da escola...” (p.33).

### *3.1 – Formas de articulação entre família / escola*

Podemos dizer que, além de problemas como professores mal formados e outros, a escola tem falhado também e principalmente porque não tem dado a devida importância ao que acontece fora e antes dela, com seus educandos. E, como ponto de partida para a busca de uma solução para tal realidade, colocamos a preocupação de estudar formas organizacionais mais adequadas de integração dos pais a propósitos escolares de melhoria de ensino.

Obviamente, as reuniões de pais são os momentos mais representativos destas intersecções entre família e escola. Nelas devemos apresentar propostas para a elaboração de reuniões que conduzam a um esforço comum e recíproco entre pais e professores, para promoverem o desenvolvimento das crianças.

Esta é uma relação permeada pelos mais diversos fatores: o sofrimento dos pais por afastarem seus filhos de si mesmos; os desejos de que a escola lhes ofereça o melhor, em todos os aspectos; a necessidade da garantia dos melhores cuidados para com as crianças; os ciúmes que sentem os pais ao dividirem os filhos com os professores; o medo do fracasso escolar; as projeções dos próprios fracassos compensados através dos filhos; o pouco interesse pela vida escolar dos filhos; as superexigências dos pais; as atitudes de aceitação ou não dos filhos; as questões de rejeição ou negligência; as dificuldades pessoais dos pais; o contexto sócio-econômico-histórico em que se fundamenta a família; a permissividade ou o autoritarismo; as relações de amor e hostilidade; a violência contra os filhos, ou entre familiares; as atitudes, padrões e valores morais da família; o relacionamento entre casal e filhos; doenças, separação, desemprego; os diferentes modelos de organização familiar.

Apesar da incompleta enumeração dos aspectos preponderantes na relação família escola, aspectos estes, como se nota, principalmente, de ordem afetiva e moral, vê-se que a tarefa de se construir uma parceria entre tais instituições se faz mister, uma vez que a escola não sustenta ou talvez jamais tenha sustentado a posição de substituta da família na função educadora, tão pouco, lhe caberá assumir uma postura de resistência e rivalidade, baseada em uma aproximação unilateral, que venha a submeter a família a partir da exagerada consideração de uma possível ignorância e incapacidade desta última para educar e socializar.

Na verdade esta hegemonia da instituição escolar sobre a familiar, naquilo que concerne à formação e ou competência similar é irreal, pois o desenvolvimento do aluno depende, entre tantos fatores, mas, especialmente, da boa solução desses aspectos apontados anteriormente. Entretanto, o que se observa é exatamente a falta de iniciativa dos professores:

*“Quanto à falta de um necessário conhecimento e habilidade dos pais para incentivarem e influenciarem positivamente os filhos a respeito de bons hábitos de estudo e valorização do saber, o que se constata é que os professores, por si, não têm a iniciativa de um trabalho a esse respeito junto aos pais e mães. Mesmo aqueles que mais enfaticamente afirmam constatar um maior preparo dos pais para ajudarem seus filhos em casa se mostram omissos no tocante à orientação que eles poderiam oferecer, especialmente nas reuniões de pais, que é quando há um encontro que se poderia considerar propício para isso”. (Paro, 2000:65)*

A escola, portanto, também necessita dessa relação de cooperação com a família, pois os professores precisam conhecer as dinâmicas internas e o universo sócio-cultural vivenciados pelos seus alunos, para que possam respeitá-los, compreendê-los e tenham condições de intervirem no providenciar de um desenvolvimento nas expressões de sucesso e não de fracasso diagnosticado. Precisam ainda dessa relação de parceria para poder também compartilhar com a família os aspectos de conduta do filho: aproveitamento escolar, qualidade na realização das tarefas, relacionamento com professores e colegas, atitudes, valores, respeito às regras.

### **3.2 – Relação dialética**

Analisando a estrutura educacional brasileira, observamos a necessidade de criar um espaço de diálogo sobre temas pertinentes à formação do professor, atendendo a demandas formuladas por professores, orientadores e demais agentes educacionais.

É ponto pacífico a necessidade de se buscar formas de articulação entre a Família e a Escola. Fácil falar sobre ela, difícil construí-la. Ainda mais que se vê a Educação hoje como algo permanente, por toda a vida, um

processo continuado e não mais como uma etapa: estudar para, depois, entrar no mercado de trabalho.

Se assim é, a relação Família-Escola não diz respeito apenas aos filhos-alunos, mas a todos, familiares e professores e comunidade em geral. Dentro dessa reflexão, surge uma pergunta dupla: O que a família espera da escola e o que a escola espera da família?

Antes de mais nada, é preciso entender o que estamos falando quando mencionamos os termos Família e Escola. Aparentemente, todos sabemos do que se trata. Todos nós temos uma família, quase todos nós freqüentamos a escola. Então sabemos do que estamos falando. Sabemos?

A instituição Família teve uma importância fundamental na história brasileira. Livros, hoje clássicos, descrevem a importância que a “grande família extensa” dos “senhores de engenho” teve na formação social e econômica. Mostram a importância das relações familiares, não apenas como relações afetivas de confiabilidade, mas como relações de poder. Tanta foi a sua força, que ainda nos utilizamos de dois mecanismos que “garantem” formas de acesso a benesses e aos benefícios: o “pistolão” e o nepotismo. Ter um parente ou amigo em determinado posto ou função pode abrir as portas das instituições e, certamente, tendo um parente próximo ocupando cargos, pode nos garantir um emprego.

Ser parente, portanto, seria algo positivo, confiável. Ocorre que, na história brasileira, tivemos a escravidão. Houve um contingente populacional, os escravos, que não tinham direitos. Eram propriedade de terceiros e não podiam por si mesmos constituir família, criar filhos. Seus filhos seriam propriedade de seu dono e senhor até a promulgação da Lei do Ventre Livre.

Como podemos perceber, uma parte da população podia ter família e valorizava fortemente as relações familiares, enquanto outra, majoritária, não tinha o direito à instituição familiar.

Duas são as repercussões deste fato na camada social menos favorecida economicamente, formando um verdadeiro paradoxo: 1) a eliminação da responsabilidade paterna e 2) a suposição, para a mulher pobre, de que, tendo filhos, manteria junto a ela o homem, o pai de seus filhos. Afinal o ideal da família era o homem, provedor, casado e com muitos filhos. A função ativa era masculina. A função da mulher era reprodutiva e seria tanto mais valorizada quando mais filhos tivesse.

Este retrato, apresentado aqui em rápidas pinceladas, é um retrato parcial do passado, embora ainda o encontremos em muitos recantos do

país. É uma imagem valorizada, a da permanência de um casal com filhos, articulado com a rede ampla de parentesco, avós, tios, primos, sobrinhos. A família extensa aglutinando várias famílias conjugais.

Hoje, o retrato é diferente. Está nas propagandas, que na verdade “vendem” não só produtos, mas, sobretudo, representações, de modo claro e restrito: as imagens mostram um casal, homem e mulher e poucos filhos, certamente dois, um menino e uma menina. Esporadicamente, aparece uma pessoa idosa: avô ou avó. E é este modelo de família, o “nuclear”, que está presente também nos livros didáticos, como se fosse o único, o correto, o “normal”, o “desejável”, reforçando sua força como “modelo” que é, e não como a família se apresenta na realidade, em que o que predomina é a diversidade.

A família que não segue esse modelo é considerada “desestruturada”. E, certamente, ela se apresentará “desestruturada” nas camadas pobres da população, aquelas mais vinculadas ao passado da escravidão. E certamente muitas das soluções encontradas pelas camadas menos favorecidas da população para encontrar novas possibilidades de organização de novos núcleos familiares são taxadas como modelos desestruturados, porque se afastam muito do modelo familiar tido como hegemônico.

#### **4. A Construção de uma Parceria Baseada na Cooperação**

A necessidade de se construir uma relação de intervenção na própria instituição escola, e buscar uma proposta pedagógica de aproximação dela com a família, para planejar e estabelecer compromissos e acordos mínimos, que levem ao fim do bloqueio criado nesta situação se refere à construção de uma parceria que possa substanciar o papel da família no desempenho escolar dos filhos e o papel da escola na construção de personalidades autônomas moral e intelectualmente falando. Conforme Macedo (1996),

*“A determinação conjunta em oferecer uma experiência construtiva, que torne a criança melhor, tanto em relação aos conhecimentos escolares, quanto aos valores e princípios que nortearão a sua conduta...” (Macedo, 1996:13).*

Quanto à parceria, precisa ser entendida enquanto uma relação de cooperação, e quando se fala em cooperação, o conceito de Piaget expresso pelas palavras de Menin (1996): “Cooperação para Piaget, é operar com... é estabelecer trocas equilibradas com os outros, sejam estas trocas referentes a favores, informações materiais, influências etc” (p.52) é o mais apropriado.

Conforme o sentido piagetiano, a relação escola-família prevê o respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de exporem suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de serem avaliados, criticados, trocarem pontos de vista. Tal parceria implica em colocar-se no lugar do outro, e não apenas enquanto troca de favores, mas a cooperação, em seu sentido mais prodigioso: o de suportar afetos, permitir as escolhas, os desejos, o desenvolvimento moral como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estruturas lógicas e as relações de confiança”.

Segundo o próprio Piaget:

*“Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, freqüentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades...”*  
(1972/2000, p.50)

Pensar neste tipo de parceria requer então dos professores, inicialmente, uma tomada de consciência de que, as reuniões baseadas em temas teóricos e abstratos, reuniões para chamar a atenção dos pais sobre a lista de problemas dos filhos, sobre suas péssimas notas, reuniões muito extensas, sem planejamento adequado, onde só o professor pode falar, não têm proporcionado sequer a abertura para o início de uma proposta de parceria, pois os pais faltam às reuniões, conversam paralelamente, parecem de fato não se interessarem pela vida escolar das crianças. No entanto, não basta legitimar a situação com queixas e lamentações. Verdadeiramente, as famílias não se encontram preparadas sequer para enfrentar quanto

mais para solucionar os problemas que os educadores de seus filhos lhes entregam e ou transferem nas reuniões de pais e em outros poucos momentos em que se encontram os protagonistas desta relação.

*“As organizações são unidades sociais (e, portanto, constituídas de pessoas que trabalham junta) que existem para alcançar determinados objetivos. Os objetivos podem ser os lucros, as transações comerciais, o ensino, a prestação de serviços públicos, a caridade, o lazer, etc. Nossas vidas estão intimamente ligadas às organizações, porque tudo o que fazemos é feito dentro de organizações”. (Libâneo, 2003:316)*

Portanto, a construção dessa parceria é função inicial dos professores, pois transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação, não entendem de psicologia, desconhecem a didática, a sociologia, enfim, os resultados desta postura já se conhece muito bem: o afastamento da família.

#### **4.1 - Contribuição de Diferentes Estudiosos**

A grande maioria dos estudiosos do desenvolvimento humano – Piaget, Vigotski, Wallon, Freud, dentre outros, afirmam que é exatamente na faixa etária em que as crianças estão na Educação Infantil, que acontecem as maiores aquisições e os maiores progressos do desenvolvimento do ser humano – o crescimento físico, a constituição de alguns neurônios, as habilidades de andar, de falar, de interagir com o meio e com os outros, o desenvolvimento das percepções, da coordenação motora, a formação das representações, enfim, a maturação de todo o sistema nervoso central, bem como a ampliação e a consolidação de todas as relações e interações que o ser humano precisa estabelecer com ele mesmo, com os outros e com o mundo para se desenvolver plenamente e poder se assenhorear de todas as habilidades e competências de que são capazes.

Sendo um período tão vital e importante para a criança e, considerando, o papel do outro, entendendo o “outro” como as pessoas que lidam mais diretamente com a criança como fundamental e indispensável nos processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança pequena, é impres-

cindível que a criança dessa faixa etária possua um ambiente e uma convivência profundamente salutar e produtiva com todos que a rodeiam nesse momento, e que se tornam, portanto, responsáveis pelo seu crescimento físico, emocional, social e cognitivo.

Focando a família e a Instituição de Educação Infantil, as duas instituições que trabalham diretamente com a criança pequena, é imprescindível que elas caminhem juntas, integradas; que estabeleçam uma parceria com o objetivo de contribuírem efetivamente para o bom desenvolvimento das crianças pelas quais são responsáveis mutuamente, até porque, embora a família e a pré-escola promovam dimensões diferentes do processo educativo, desempenhando papéis distintos, eles precisam estar em implícita complementação.

## CONCLUSÃO

O presente estudo mostra os sustentáculos formais da relação família/escola/educação, sendo assim pontuados alguns aspectos importantes.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a família, independente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência. Assim, é fundamental que conheçamos os alunos e as famílias com as quais lidamos. Quais são suas dificuldades, seus planos, seus medos e anseios? Enfim, que características e particularidades marcam a trajetória de cada família e, conseqüentemente, do educando a quem atendemos. Estas informações são dados preciosos para que possamos avaliar o êxito de nossas ações enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a nossa realidade.

Em segundo lugar, na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E, para que isto de fato ocorra, é preciso que sejamos capazes de construir coletivamente uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, mas também de escrita, onde exista uma efetiva troca de saberes. A capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir e para tal faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às idéias emitidas e a flexibilidade para recebermos idéias que podem ser diferentes das nossas. Uma atitude de desinteresse e de preconceitos pode danificar profundamente a relação família/escola e trazer sérios prejuízos

para o sucesso escolar e pessoal dos educandos. Geralmente, a família de educandos surdos espera e necessita da escola inúmeras informações, apoio e orientação sobre como lidar com a situação de convívio com uma pessoa surda. A falta de atenção para esta demanda possivelmente terá consequências negativas para educadores, educandos e familiares.

Um outro ponto, diz respeito à tendência que a escola tem de reduzir a família à figura materna, não propondo atividades que envolvam a totalidade da constituição familiar, como pais, irmãos e por que não tios e avós. Por último, mas também crucial, é a questão da participação da família na escola. É preciso ter clareza do que entendemos por participar. Será que é estar presente nas reuniões para ouvir informações burocráticas e queixas referentes ao mau comportamento dos alunos? Será que é ter acesso a decisões previamente estabelecidas? Será que é ajudar a organizar a festa junina da escola? Será que é poder ouvir e falar? Será que é a possibilidade de uma ação coletivamente construída por todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, na qual se compartilha equitativamente, resguardadas as particularidades dos sujeitos envolvidos, a possibilidade de planejar, decidir e agir? Enfim, muitos podem ser o significado da palavra participar.

É preciso que conheçamos as razões pelas quais as famílias não têm correspondido ao que nós educadores esperamos enquanto sua participação na escola. Para tal, precisamos nos despir da postura de juízes que condenam sem conhecer as razões e incorporarmos o espírito investigador que busca as causas para o desconhecido.

Considerar a relevância do papel da família na formação dos seus filhos, não significa menosprezar, nem mesmo diminuir a função da escola junto aos mesmos. Que a escola precisa mudar para acompanhar a evolução dos tempos é um fato inquestionável, porém, não podemos esquecer jamais que grande parte do seu tempo o aluno passa na escola. Esta constitui um espaço, um tempo e um contexto de aprendizagem e de desenvolvimento. E mesmo que, por força das novas tecnologias, a aprendizagem desprenda-se da necessidade de espaços coletivos e tempos simultâneos, ela não deixará nunca de realizar-se em contexto, talvez em comunidades, às vezes globalmente interconectadas. Nem por isso se poderá deixar de pensar em escola, com novas configurações; porém, na sua essência, escola.

Dessa forma, considerando a relevância de ambas as instituições como instâncias formativas, é importante que o diálogo se estabeleça entre

elas, como primeiro passo para promover o entendimento para que assim, possam cumprir adequadamente o elevado papel social que possuem junto às novas gerações, facilitando e contribuindo plenamente no processo ensino-aprendizagem dos educandos. ◆

### Referências

MACEDO, Rosa Maria. **A família diante das dificuldades Escolares dos filhos.** In. Vera Barros de

Oliveira e Nádia Bossa. Orgs – Avaliação psicopedagógica da criança de 0 a 6 anos. Petrópolis: Vozes, 1994.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã, 2000.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação.** José Olympio ed. 15a edição. Rio de Janeiro, 1972/2000.

TOGNHETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade: a educação do sentimento na escola.** Campinas, SP: Editora Mercado de Letras/ FAPESP, 2002.

SÁ, V. **A (Não) Participação dos Pais na Escola: a eloquência das ausências.** In: Veiga, I. P. A.; FONSECA, M. (orgs). Dimensões do Projeto Político Pedagógico. Campinas. Ed. Papyrus, 2001.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família brasileira a base de tudo.** São Paulo: Cortez editora. 2002. 204p.

ZAGO, Nadir. **Processos de escolarização nos meios populares, as contradições da obrigatoriedade escolar.** In Nogueira, Maria Alice.

ROMANELLI, Geraldo. ZAGO, Nadir (orgs). **Família e Escola trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** Petrópolis: vozes. 2000. 183p.

ALARCÃO, Isabel (org). **Escola reflexiva e nova racionalidade.**

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de julho de 1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**: livro 1. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9424, de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, MEC, 2001.

GOKHALE, S.D. **A Família Desaparecerá?** In Revista Debates Sociais nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

UNICEF, 1988. Menin, M. S.S. **Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores**. In Lino de Macedo (org.). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.